



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA QUATRO
DE OUTUBRO DO ANO DE
DOIS MIL E DEZASSEIS.**

----- No dia quatro de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Prof. Artur Afonso Nunes Neto Parra, senhor Fernando António da Silva Rodrigues, senhor José Manuel Caldeira Santos e Dr. Pedro Miguel de Sá Mora. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas e trinta minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia três do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro euros e setenta e oito cêntimos. -----



Dotações não Orçamentais – Cento e trinta e três mil, duzentos e noventa e sete euros e oitenta e oito cêntimos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte de setembro e a ata da reunião extraordinária realizada no dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e dezasseis, dispensando-se a sua leitura em virtude de as mesmas terem sido distribuídas previamente a todos os membros do Executivo. -----

----- O Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos absteve-se em relação à ata da reunião extraordinária do dia vinte e oito de setembro em virtude de não ter participado na reunião a que a mesma se reporta. -----

03 – OBRAS PARTICULARES

PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA

----- **De LUÍS FILIPE QUINTAS GARCIA**, para aprovação do projeto de arquitetura de construção de uma moradia unifamiliar sita na Rua de Trás dos Hortos a que corresponde o processo de obras n.º 21/2016. -----

----- Atenta a informação número duzentos e setenta e quatro barra dois mil e dezasseis, datada do dia vinte e nove de setembro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura em causa e notificar o impetrante de que deverá requerer a aprovação dos projetos das especialidades no prazo de seis meses, sob pena de caducidade, em conformidade com o disposto nos números quatro e seis do artigo vinte do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove de dezasseis de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis barra dois mil e catorze de no de setembro. -----

06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS



----- De **MARIA MARGARIDA VERISSIMO**, solicita constituição de propriedade horizontal para o prédio urbano sito na Rua da Fonte Seca desta Vila. -----

----- Atenta a informação número duzentos e setenta e um barra dois mil e dezasseis, datada do dia vinte e três de setembro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em causa. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2017 – PROPOSTA:** Pela Senhora Presidente da Câmara foram presentes as propostas, Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis e que aqui se dão por integralmente reproduzidas ficando um exemplar das mesmas arquivadas na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- No que concerne ao Orçamento verificou-se que o mesmo apresenta no capítulo da receita um valor total de onze milhões, setenta e um mil e quinhentos e um euros e no capítulo da despesa um valor total de dez milhões, onze mil, novecentos e cinquenta e oito euros, sendo o valor da receita corrente de nove milhões, trezentos e trinta e oito mil e cento e cinquenta e um euros e da despesa corrente de sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e quatrocentos euros apresentando a receita de capital o valor de um milhão, setecentos e trinta e três mil e trezentos e cinquenta euros, e a despesa de capital o valor de dois milhões quinhentos e setenta mil e quinhentos e cinquenta e oito euros. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente ao orçamento para o ano de dois mil e dezasseis, quero lamentar o facto de que não me chegou atempadamente, não por culpa possivelmente do Município mas sem culpas também da minha parte, houve aqui alguma confusão relativamente à entrega do orçamento e, portanto, não estou em condições de poder analisar as rubricas que nele vêm inscritas e compará-las exatamente com as rubricas do passado e também analisar devidamente os investimentos que vão ser realizados. -----



----- No entanto, da explicação que a senhora Presidente deu acerca daquilo que se pretende fazer com as verbas inscritas para projetos tenho a dizer o seguinte: -----

----- É claro que nós já no último orçamento votámos contra e votámos contra exatamente pelo facto de que o Município abandonou a verba que tinha disponível para dois mil e treze e dois mil e catorze relativamente à obra da envolvente do cemitério. -----

----- A nossa opção era diferente, completamente diferente, a opção do Município é outra, nós deixámos bem claro que não concordamos com essa situação, não estamos a favor de que se tivesse abandonado um fundo comunitário que estava previsto e que estava empreitado inclusivamente e que tinha oitenta e cinco por cento a fundo perdido, por isso mesmo e por todas as razões eu vou votar contra este orçamento para dois mil e dezassete. -----

----- Há aqui algumas verbas inscritas para investimento e o investimento é sempre importante para esta terra, lamento profundamente é a forma como a senhora Presidente tem vindo a dizer, e em qualquer local público faz questão de o dizer de que o Município está impedido de fazer obra, está impedido de fazer investimento, ora aquilo que nós temos visto e os Freixenistas têm visto é que a senhora Presidente tem feito algum investimento, pouco mas, tem feito algum investimento a expensas única e simplesmente do Município, ou seja, as verbas que tem gasto nalguns investimentos que foram feitos neste Concelho nestes últimos anos, e que foram muito poucos, foram feitos apenas a custas do Município, não houve fundos comunitários para pavimentações, para outras situações que, eventualmente, foram realizadas e, portanto, lamento profundamente, já o disse, que isso venha sendo dito da forma como é dito, é que é dito que não é possível fazer investimento porque 'Município não tem possibilidade de o fazer financeiramente e não tem possibilidade de o fazer porque está impedido, ora aquilo que nós constatamos e isso foi até ainda na última reunião extraordinária, veio aqui à Câmara um empréstimo negociado com a Associação de Municípios do Douro Superior que se destina a pagar resíduos e, da mesma forma a senhora Presidente quer envolver o anterior Executivo de que no passado também se fizeram empréstimos para custear despesa corrente. -----

----- Isso é verdade, não há nada que possa dizer que não foi verdade, fizemos o empréstimo para pagar "A tempo e horas", fizemos vários empréstimos mas, tudo motivado por uma situação que era a situação do investimento, e o investimento que era muito, que era grande, que era



ambicioso e que obrigava a que o Município tivesse que suportar os quinze por cento, vinte por cento ou trinta por cento dos projetos, conforme as participações comunitárias que levavam exatamente a que a despesa corrente fosse adiada e, isso tinha a ver exatamente com a ambição deste Município conseguir cativar todos os fundos comunitários que estavam á disposição para que o Concelho, eventualmente, tivesse o incremento, o crescimento e a modernização que teve nos últimos anos. -----

----- Portanto, é querer comparar o incomparável, não há comparação possível para uma coisa que é uma altura em que o Município estava com problemas financeiros pelo facto de que estava a implementar grandes projetos e projetos necessários para o Concelho e querer comparar agora uma situação que o Município fez aquilo que tinha que fazer, que foi o Reequilíbrio Financeiro e foi o PAEL para que de facto as contas do Município se colocassem no devido lugar e agora se venha querer dizer que este empréstimo é exatamente igual ao anterior porque nós também os fizemos, não, este empréstimo é para pagar dívida que a senhora Presidente contraiu há pouco tempo de résíduos e que não pagou e, portanto, quando diz que se devia ter pago tudo anteriormente, também se devia ter pago, agora sim com condições para pagar esse montante que ficou por pagar de résíduos. -----

----- Já tivemos estas discussões várias vezes, quer-se sempre falar na dívida do passado como que, quando se fala na dívida do passado fala-se no anterior Executivo, quando a senhora sabe perfeitamente que a dívida do passado não tem a ver com o anterior Executivo, tem a ver com os anteriores Executivos e, esses anteriores Executivos são vários e começaram, já disse isto muitas vezes quando era Presidente da Câmara e digo-o hoje exatamente, começou quando alguém e, esse alguém foi o Presidente António Madeira que optou por começar a fazer obras através de empréstimos a vinte anos e, esses empréstimos a vinte anos foram-se pagando no tempo, o meu antecessor fez exatamente a mesma coisa e eu fiz também para que o Concelho tivesse possibilidade de ir buscar fundos comunitários que hoje já é impossível de os ir buscar, hoje já é impossível ir buscar fundos comunitários para fazer algumas intervenções, que foi o caso das intervenções feitas nas Freguesias dos arruamentos e que até esses arruamentos foram feitos com verbas comunitárias do quadro anterior e não do QREN, portanto o QREN já não possibilitava isso e aquilo que fizemos foi, a verba que estava disponível no ON.2 aproveitá-la para esse fim. -----

----- Portanto, é apenas dizer isto, não é possível comparar de forma nenhuma o passado com o atual porque o passado foi um passado de muito



desenvolvimento, de muito trabalho, de muita dor de cabeça com a parte financeira que, de facto, foi complicada enquanto não foi implementado o Reequilíbrio e o PAEL. Acho que teríamos tido uma vantagem muito grande se, eventualmente, o Reequilíbrio e o PAEL tivessem sido aprovados dentro do prazo que era expectável que era finais de dois mil e doze, portanto, não foi possível, de facto, pagar aquilo que a senhora Presidente depois veio a pagar, e que também veio a receber quase oito milhões de euros para pagar a dívida que tinha sido contraída. -----

----- São completamente diferentes as situações e, não é admissível que depois de isso ter acontecido agora se venha contrair empréstimos por cinco anos que passam para lá daquilo que é a sua responsabilidade política de mandato, portanto, é muito diferente”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Quero-lhe dizer que fiquei muito satisfeita de o ouvir dizer que não concorda com o facto de nós termos desistido de parte da candidatura para o cemitério, dá-me mesmo uma satisfação muito grande, sabe porquê? Porque aquilo que nós estamos a fazer, e conseguimos uma candidatura de um milhão e novecentos mil vai dar vida a esta terra, vai trazer gente a esta terra, vai trazer sustento para esta terra, coisa que o alargamento do cemitério não trazia. Freixo tem ali uma riqueza, sabe, e toda a gente já percebeu isso menos os senhores. -----

----- Eu pensei que tivesse um bocadinho mais de consciência ou de inteligência e que pelo menos se segurasse, porque que já houve uma reunião de Câmara em que o senhor até disse, sim senhor até concordava, achava bem, estiveram contra mas que até achava bem, hoje já está a dizer outra vez o contrário. -----

----- Em relação ao orçamento, se não me engano, só no primeiro ano é que votaram contra depois abstiveram-se, hoje disse aqui que no ano passado votou contra o orçamento mas o senhor é que sabe. -----

----- Em relação ao investimento, esta Câmara e todas as outras que têm PAEL estão proibidas de fazer investimento e isso está no PAF, isso está espelhado no PAF, por isso nos chateiam, temos que pedir autorizações, nós até para comprar uma chave de fendas ou uma cadeira tínhamos que pedir autorização, tudo isso é investimento e, se calhar gostavam, pois gostavam que a Maria do Céu não fizesse absolutamente nada mas, eu sempre disse que apesar da situação má da Câmara eu havia de fazer qualquer coisa e fico muito satisfeita que reconheça que o que fazemos é à custa daquilo que a Câmara tem e faça-o e hei-de fazer, porque temos que



nos habituar a fazer as coisas com aquilo que nós temos não é só com o que vem de fora e este País chegou onde chegou por causa disso. -----

----- Quando diz que tudo foi motivado pela ambição demasiada, o senhor diz que os vossos orçamentos eram ambiciosos, pois eram, ambiciosos de mais, por isso hoje estamos assim, hoje estamos como estamos, porque podiam ter feito tudo e disse-o na outra reunião, podiam ter feito as obras como fizeram mas mais pequenas, à nossa medida. Eu nunca fui contra as obras, nunca fui contra a piscina mas tinham que ser à nossa medida, foi sempre isso que disse. -----

----- Agora, quanto á dívida desta Câmara, também lhe digo, estão a pôr em causa o senhor António Alberto Madeira, foi por onde começou, disse que os anteriores Executivos, sim senhor, esse senhor fez empréstimos para o Bairro Social e outros, porque até essa data a Câmara nunca tinha feito nenhum empréstimo mas, vou-lhe dizer, quando esse senhor saiu desta casa esta Câmara pagava ao dia aos fornecedores e tinha cento e trinta mil contos a render na Caixa Geral de Depósitos. -----

----- Sabe o que fez o seu antecessor quando veio para aqui? Não aproveitou os fundos comunitários, como o senhor sempre o acusou, foi ou não foi! Durante oito anos sempre o acusou de que ele não soube aproveitar fundos comunitários e é verdade não soube, fez empréstimos e mais empréstimos, olhe só para aquele Auditório pediu dinheiro três vezes. O Auditório foi financiado a setenta e cinco por cento, fez três empréstimos, por três vezes a pedir dinheiro para o Auditório e o Auditório financiado. –

----- Uma vez até teve a lata de num empréstimo meter trezentos mil euros para a Coopafreixo, quando não podia fazer isso para a Coopafreixo. Ele teve a lata de meter num pedido de um empréstimo a verba de trezentos mil euros para investir na Coopafreixo, isso foi-lhe negado, tinha que ser negado e, esse senhor deixou a Câmara com onze ou doze milhões de euros de dívida, o senhor “bateu-lhe” durante oito anos por causa da dívida e tinha razão para lhe “bater”, já lhe digo porque eu também bato e, depois vêm vocês a seguir que tinham que ter a responsabilidade de, sim senhor fazer mas, fazer com responsabilidade e não ter deixado esta Câmara no estado em que ainda ficou e hoje não podemos, pois não e, foi porque ainda o senhor Primeiro Ministro, no Orçamento de Estado deste ano pôs a possibilidade de as Câmaras que estão endividadas e com PAEL poderem ir às candidaturas, porque se não nem isso podíamos fazer, porque permite que se faça o empréstimo para a parte que a Câmara tenha que suportar, porque se não tivesse posto isso no Orçamento de Estado nós nem as candidaturas podíamos fazer e vocês têm que ter noção disso, não é só vir



aqui bater, bater, vocês podem dizer o que quiserem neste momento, agora que o mal ficou cá, ficou, agora também lhe digo não há comparação realmente, não há comparação quando as pessoas são irresponsáveis e outras são responsáveis, aí não há de certeza absoluta comparação. -----

----- Mais, em dois mil e treze falou no PAEL que veio atrasado, pois foi, o PAEL veio atrasado, o PAEL e o Reequilíbrio só metiam dívida até dois mil e onze o PAEL e o Reequilíbrio até dois mil e doze e nesta Câmara só de dois mil e treze ainda ficou um milhão e novecentos mil euros por pagar, portanto não tinha cobertura nem no PAEL nem no Reequilíbrio. -----

----- Quanto aos acordos, o acordo com a Douro Superior, o senhor fez dois, um em dois mil e oito e outro em dois mil e dez, isto são acordos de pagamento não são empréstimos e as Câmaras endividadas só estão autorizadas a fazer acordos para pagamento de água, saneamento e resíduos nada mais e vocês até outros acordos fizeram, não só esses, fizeram outros também. -----

----- Outra coisa, o PAEL e o Reequilíbrio não foram oito milhões como o senhor disse, foram sete milhões, portanto já esta a dizer mais um milhão”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente à questão da candidatura que nós deixámos aprovada e empreitada e que os senhores abandonaram, quero dizer-lhe que essa era a nossa opção, já percebemos que a vossa opção é outra e, portanto, estamos plenamente de acordo, não concordo, ou melhor, fico à espera, fico na expetativa de que de facto esta vossa intervenção venha a ser exatamente o sustento da gente de Freixo de Espada à Cinta, que é aquilo que a senhora disse exatamente pelas suas palavras, oxalá que sim, terei que vir a vergar-me à evidência no dia em que esse investimento trouxer a Freixo esse benefício que a senhora acabou de falar. -----

----- Depois quando fala em consciência e em inteligência da minha parte olhe que, senhora Presidente vai-me desculpar mas eu não recebo lições da sua parte, principalmente de consciência e de inteligência, sabe que somos completamente diferentes, eu tenho o meu passado, a senhora tem o seu e julgo que relativamente a isso não vale a pena acrescentar absolutamente mais nada. -----

----- Quanto à questão de que eu chamei aqui os anteriores Presidentes, chamei-os apenas e só por um facto que é a questão de contração de dívida que começou exatamente no mandato de António Alberto Madeira que fez



alguns empréstimos, um deles foi para o Largo do Castanheiro e outro foi, julgo eu, para o Bairro Social. -----

----- Não avalio de forma nenhuma isso, porque não faço observações, nem faço intervenções acerca de pessoas que não estão presentes e, portanto, quando isso acontece não gosto de falar nos outros, eles fizeram isso, eu frisei apenas para dizer que, tal como eu fui aquele que para fazer investimento tive que fazer exatamente empréstimos motivados também por aquilo que foi o passado porque já vinha de trás. Falei exatamente que a dívida não é uma dívida só do anterior Executivo, neste momento é uma dívida do anterior Executivo e dos anteriores. Dos anteriores alguma já foi paga por mim, alguma ainda foi paga pelo Presidente Edgar Gata, cada um vai empurrando com a barriga para o lado que, eventualmente, tem que o fazer, portanto, relativamente aos outros Presidentes retiro qualquer alusão à sua forma de trabalhar, à sua forma de ser. -----

----- O António Alberto Madeira deixou dinheiro, sim senhor, o Edgar Gata deixou dívida, se fez muito se fez pouco havemos de falar nisso quando tivermos que o fazer. -----

----- Depois, aquilo que eu quis dizer e digo-o e continuo a dizer é que, afinal de contas a senhora Presidente não pode continuar a dizer que está proibida de fazer obra porque afinal não é verdade, até o anterior Executivo lhe permite fazer empréstimos para custear os valores que a Câmara tem que suportar nos fundos comunitários, portanto, essa fuga para a frente de dizer que não faz obra, ou que não faz investimento, ou que este Concelho parou porque estava impedida de fazer obra porque era um impedimento legal, isso não é verdade e a senhora acabou de o dizer. -----

----- Depois essa questão do ambicioso, nós fomos sempre de facto um bocado ambiciosos, nós tivemos essa questão, de facto, quer dizer, quisemos para Freixo tudo quanto era possível e aquilo que fizemos está à vista, as piscinas que a senhora falou e continua a dizer que foram megalómanas, já lhe foi dito aqui claramente que, o projeto foi feito e foi de acordo com o Instituto do Desporto e que a obrigação de que as dimensões fossem aquelas foram exatamente do Instituto do Desporto, portanto, ou a piscina era Semi-Olimpica ou então não era e, aquilo que nos foi dito é que sim senhor era financiada mas tinha que ter essa condição, fizemos exatamente aquilo que tinha que ser, ou fazíamos daquela forma ou então não tínhamos esse financiamento e, portanto já várias vezes lhe disse isto e a senhora continua, dá-me a impressão que se esquece das coisas, ou que se esquece por necessidade, não sei, mas relativamente à dívida já falámos tantas vezes, relativamente à piscina, às dimensões dos



investimentos que se fizeram já se falou tantas vezes e a senhora continua a bater nisso, meu amigo, é aquilo que a senhora faz, tudo bem, não tenho mais nada a dizer”. -----

----- Não havendo outras intervenções a registar foi a proposta de orçamento municipal para o exercício de dois mil e dezassete posta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, mais deliberando ainda submeter a presente proposta à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- CONTRATO DE COMODATO ENTRE A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA E O MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – TOMADA DE CONHECIMENTO: Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente um contrato de comodato a celebrar entre a Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta e o Município de Freixo de Espada à Cinta e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente a esta tomada de conhecimento de este contrato de comodato, eu só tenho é que dizer que estou completamente de acordo que ele se faça e, que esta obra se, eventualmente, vier a ser realizada seja uma realidade porque é uma obra que já vem sendo reivindicada por mim enquanto Provedor da Santa Casa há muitos anos. Foi uma obra que conseguimos envolver o Ministério da Cultura, a Direção-Geral da Cultura que na altura não era Ministério, no sentido de recuperar aquela Capela da Misericórdia que é importantíssima para Freixo, para os Freixenistas e também para aqueles que nos visitam porque de facto ela tem situações arquitetónicas importantíssimas e só isso é que, de facto, deu para que na altura a candidatura tivesse sido aprovada, tivesse sido metida na candidatura também do Ministério da Cultura e só não foi realizada exatamente pelo facto de que o Ministério da Cultura não conseguiu na altura arranjar verba necessária para essa e para outras situações que estavam contempladas na CIMDOURO e que não foram realizadas por falta de o Ministério da Cultura na altura e era Governo já quem era, portanto, não levaram por diante essa candidatura. -----



----- Eu lamentei profundamente, a Câmara mesmo com as dificuldades financeira que estava a atravessar, estava disponível para fazer o investimento e para custear aquilo que era a sua parte de participação, portanto, ainda bem que agora está novamente na ribalta e que venha a ser realizada a obra porque é pão para a boca para aquela Capela e para a Santa Casa da Misericórdia”. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Freixo de Espada à Cinta e a Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram doze horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

----- E eu, Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

O Assistente Técnico